

SEÇÃO TEMÁTICA - Geografias do Campo Brasileiro: A questão agrária na conjuntura

Marco Antonio Mitidiero Júnior, Paulo Roberto Raposo Alentejano

Editorial

Esta sessão é dedicada a Pedro Casaldáliga que nos deixou recentemente, mas nos legou uma longa história de dedicação à luta das/dos trabalhadoras/res rurais, povos originários e comunidades tradicionais em defesa de seus direitos e de uma vida em harmonia com a natureza. Uma vida para além das cercas do latifúndio e da ignorância que oprimem os povos deste país que ele escolheu para viver.

Esta sessão da Revista da Anpege dedica-se a analisar o cenário da questão agrária brasileira diante do primeiro ano do governo Bolsonaro, sem esquecer a herança recente do golpe político/jurídico/midiático de 2016 que devastou os poucos mais de 30 anos de democracia. Embora em geral seja prematuro avaliar um governo ainda no seu início, pois reviravoltas políticas não são incomuns no decorrer dos mandatos presidenciais - ainda mais num contexto marcado por tantas incertezas como o de uma inédita pandemia, como o da covid-19 - acreditamos que há sinais evidentes de que os rumos da política agrária do governo Bolsonaro se manterá inalterado no decorrer do mandato. Trata-se de diretrizes que foram nitidamente delineadas desde a campanha eleitoral e reafirmados ao longo do primeiro ano de governo: prioridade total para o agronegócio e ataques violentos aos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), povos indígenas e comunidades tradicionais, com destaque para os quilombolas.

Para além das controvérsias sobre a melhor definição para o governo Bolsonaro, classificado por alguns dos artigos desta sessão como fascista, por outros como neofascista ou ainda como pós-fascista, do ponto de vista da questão agrária, não resta dúvida de que a violência e o autoritarismo são marcas fundamentais deste governo e a reforma agrária foi totalmente paralisada, bem como a demarcação de terras pertencentes a povos indígenas e territórios de comunidades quilombolas. Além da paralisia, existe um projeto claro de reversão do que já foi conquistado, ou seja, retirar parte - se não toda - das terras dos assentamentos de reforma agrária, terras indígenas e terras quilombolas.

Medidas como a nomeação do presidente licenciado da União Democrática Ruralista (UDR), organização patronal mais truculenta existente no campo brasileiro, associada historicamente a práticas violentas de combate a ocupações de terra e assassinato de trabalhadores rurais – para a Secretaria de Assuntos Fundiários, a subordinação de toda a política agrária ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), entregue à bancada ruralista, a liberação generalizada e indiscriminada de agrotóxicos, o incentivo ao armamento de proprietários rurais, a edição de legislações favoráveis à grilagem de terras e desfavoráveis à preservação ambiental, outros aspectos analisados ao longo dos artigos demonstram cabalmente os rumos do governo Bolsonaro, que poderíamos sintetizar em quatro grandes linhas: (1) prioridade total para o agronegócio; (2) políticas fundiárias favoráveis ao avanço da monopolização das terras - inclusive públicas - pelo capital; (3) políticas agrícolas, trabalhistas, ambientais e sanitárias que favorecem os interesses das grandes corporações transnacionais e dos grandes proprietários; (4) o enfrentamento aos movimentos sociais do campo, povos indígenas e quilombolas, a cassação de seus direitos e a eliminação de quaisquer mecanismos de participação destes na elaboração das políticas públicas.

A partir de diferentes enfoques temáticos, orientações teórico-metodológicas distintas e diversas matizes políticas, o conjunto de textos que integra esta sessão fornece um acurado panorama da questão agrária brasileira atual. Em que pese essas diferenças, o que emerge dos textos é uma rica caracterização dos desafios que enfrentam, hoje, os que defendem a democratização do campo brasileiro, os direitos das trabalhadoras e trabalhadores rurais, povos originários e comunidades tradicionais, a conservação da natureza e dos bens comuns.

Esperamos que a leitura destes textos anime outras leituras críticas necessárias à compreensão da complexidade dos processos que intensificam a desigualdade, a injustiça e a devastação no campo brasileiro. E, sobretudo, contribua para a ampliação da consciência, condição fundamental, embora por si só insuficiente, para desencadear as lutas políticas capazes de desatar as correntes que nos imobilizam e romper as cercas que nos oprimem, a fim de transformar a realidade em que vivemos.

Boa Leitura!